

Gatilho: as reuniões continuam

Com a finalidade de dar continuidade às tratativas a respeito da Ação do Gatilho, foi realizada no dia 28/11 uma reunião entre representantes da AduSP e da Reitoria da Universidade de São Paulo. Pela AduSP estiveram presentes os professores Otaviano A. M. Helene, Marco A. Brinati, Carla R. O. Carvalho, Suzana S. Vasconcelos, Ozírde Manzoli Neto e Américo Kerr; e também: Fernando Leister, um dos advogados que cuida dessa ação, e Pedro Estevam R. Pomar, jornalista da AduSP.

Pela Reitoria estiveram presentes a reitora Suely Vilela, o vice-reitor Franco Lajolo e as advogadas Ana Maria da Cruz, procuradora-chefe da USP, e Livia Zaço, do gabinete da Reitoria.

No início da reunião o professor Otaviano, depois de mencionar que a anterior fora realizada há cerca de três meses, insistiu na necessidade de acelerar os trâmites do processo, pois já se passaram 20 anos desde que foi cometida a falta que o resultado dessa ação irá reparar. E de que, para tanto, era importante que a AduSP



Daniel Garcia

Direção da AduSP reúne-se com a reitora, o vice-reitor e advogadas da USP

e a Reitoria acertassem dois pontos fundamentais: a lista dos beneficiários e os procedimentos para cálculo da dívida referente ao ano de 1987.

A reitora afirmou a seguir que a demora no agendamento dessa nova reunião se deveu à dificuldade na composição de listas, em razão da falta de um sistema informatizado naquela época. Acrescentou depois que tinha sido surpreendida pela petição da AduSP ao juiz, de 4/9/2007, denunciando litigância de má fé por parte da USP; que isto não era compa-

tível com a tentativa de negociação que estava em curso. Mencionou, por fim, que na petição do juiz a AduSP estava sugerindo a realização de perícia, conforme se depreendia de cópia do *Informativo AduSP* 241 anexada ao processo.

Evitar a perícia

Ressaltamos que a AduSP não fez pedido de perícia, nem tampouco anexou à petição entregue ao juiz cópia do *Informativo AduSP*, com a alusão à perícia judicial. Afirmamos que, bem ao contrário,

neste momento é importante evitar a perícia para não atrasar ainda mais a execução da sentença, e insistimos em manter uma negociação.

Consistente com a sentença do juiz, transitada em julgado, consideramos que a sua decisão é válida para todos os docentes que não foram excluídos da lista inicial pela USP à época devida, ou moveram ações similares; além disso, devem ser corrigidos, na listagem a ser elaborada, os eventuais erros materiais.

Foi, então, ponderado pela Reitora que havia, entre as partes, uma divergência na interpretação da decisão judicial sobre quem deveria fazer parte da lista e que, por esta razão, ela estaria defendendo a realização da perícia.

Ao fim, houve acordo em realizar novas reuniões nas quais deveriam ser discutidos: 1) interpretação da decisão judicial para composição da lista de beneficiários e 2) sistemática para cálculos da dívida correspondente aos pagamentos de 1987.

Para evitar tumulto processual

No Informativo AduSP nº 247, de 5/11/07, alertamos os docentes, com um box “Cuidado para não tumultuar o processo”, para que não se deixassem seduzir por advogados oferecendo serviços para a agilização do processo, com o desmembramento da Ação do Gatilho. Pois é, o Juiz encarregado de tal ação afirmou em seu despacho de 12/11/07 que, “para que não haja tumulto processual, a questão referente ao desmembramento será apreciada após o integral cumprimento da obrigação de fazer”. Confira o fac-símile do despacho do juiz na página da AduSP na internet.

FFLCH pede à reitora “providências urgentes” para cumprimento da ação judicial

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), reunida em 29/11, aprovou moção solicitando “providências urgentes à Magnífica Reitora, no sentido de realização

de entendimento efetivo com a AduSP, para o encaminhamento final referente ao cumprimento da decisão judicial para o pagamento dos recursos oriundos da ação do gatilho salarial”.

A festa valeu!

Na foto, aspecto do baile da AduSP, realizado em 30/11 no Clube dos Professores. A confraternização foi animada pelo som da banda New Times



Daniel Garcia

“Adusp é grande conquista dos professores”

Professoras aposentadas continuam filiadas

“Adusp é uma grande conquista dos professores, que merece nosso respeito”. Esta é a principal razão apresentada pela professora Anna Mae Barbosa, para, mesmo aposentada, continuar filiada à Adusp. Anna Mae lecionou na Escola de Comunicações e Artes (ECA) e dirigiu o Museu de Arte Contemporânea (MAC).

Além da história da entidade, a professora cita ainda duas razões, “uma ideológica e uma de qualidade”. A ra-

zão “ideológica” é que “todo mundo deve estar filiado ao sindicato da sua categoria”. A de “qualidade” é que, na avaliação de Anna Mae, “a Adusp e sua diretoria sempre operam com cuidado, clareza e dignidade para proteger a Universidade de São Paulo, que eu ainda considero a mais importante do país”. A professora acrescenta que tem “certeza de que se acontecer alguma injustiça com os professores aposentados, a Adusp estará presente para defendê-los”.

A defesa dos professores aposentados também motiva a professora Maria Otília Bocchini, do Departamento de Jornalismo e Editoração, a continuar filiada à entidade. Para ela, a Adusp “é uma organização sindical bastante ativa, mantém lutas por vários tipos de direitos que me dizem respeito como aposentada, e também publicações que me interessam”. Apesar de aposentada, Maria Otília continua em atividade na graduação e na pós-graduação da ECA.

Daniel Garcia



A professora aposentada Anna Mae Barbosa

Projeto “Conversas na Capela”, de Ribeirão Preto, está aberto a sugestões dos colegas

O Projeto “Conversas na Capela”, promovido pela Adusp Regional de Ribeirão Preto, foi criado em 1998, com o objetivo de discutir com a comunidade problemas pertinentes à sociedade brasileira. As palestras são realizadas mensalmente a partir das 19h30 no espaço cultural do campus, que vem a ser a antiga Capela.

Temas como Globalização, Produção Cultural e Meio Ambiente já foram tratados, sempre com a participação de especialistas. Recentemente foram discutidos alguns dos impactos da monocultura da cana-de-açúcar, com o tema “Usineiros: Heróis ou Vilões?”, abordando o impacto da economia canavieira na estrutura fundiária e na saúde da população.

O professor José Gilberto de Souza, da Unesp de Jabo-



ticabal, tratou do impacto da cultura de cana-de-açúcar na concentração fundiária e da vulnerabilidade econômica da região, ao passo que o professor Paulo Nascimento Hilário Saldiva, do Departamento de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da USP, falou sobre os

impactos da monocultura canavieira na saúde, principalmente as conseqüências da queima da cana — problema esse que faz parte do cotidiano das populações de Ribeirão Preto, Araraquara e diversas outras cidades da região.

Em ambas as palestras houve uma boa participação do público, formado em sua maioria por pessoas da comunidade do Campus, mas também por ativistas ambientais, profissionais da educação pública e estudantes de instituições de ensino particulares de Ribeirão Preto e cidades da região.

A comissão organizadora aceita sugestões de temas para serem discutidos. Para tanto, basta que o colega entre em contato com a secretaria da Adusp Regional por meio do telefone (16) 3602-3520.

TCU multa reitor da UFPR em R\$ 15 mil por parceria irregular com fundação privada

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Augusto Moreira Júnior, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao pagamento de multa de R\$ 15 mil, segundo informou a *Gazeta do Povo On Line* de 1º/12. A UFPR teria desrespeitado 18 das 24 determinações do TCU que normatizam a relação entre a universidade e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura (Funpar).

O TCU deu prazo de 15 dias para o pagamento e determinou à UFPR que desconte do salário do reitor o valor referente à multa. Moreira Júnior disse que vai recorrer da decisão em todas as instâncias.

O secretário do TCU no Paraná, Rafael Blanco, explica que o tribunal vem discutindo o papel das fundações. Um dos pontos questionados pelo tribunal é o vestibular

da UFPR, que é realizado pela Funpar porque, segundo o reitor, a universidade não tem professores nem servidores suficientes para cuidar dos cerca de 50 mil candidatos. Mas Blanco rebate: se a instituição não tem condições de fazer o vestibular, deve abrir uma licitação. “Por que só a Funpar consegue realizar o concurso? O maior problema é com a arrecadação de dinheiro. O que é feito com o montante arrecadado com as inscrições?”

O TCU também coloca em xeque os cursos pagos de especialização da universidade, igualmente coordenados pela Funpar. Os professores da universidade recebem da fundação sua remuneração adicional pelas aulas que lecionam nesses cursos, uma conduta questionada pelo tribunal, que a entende como rompimento do contrato de dedicação exclusiva exigido dos professores.

Ipesp, “mais realista do que o rei”, cancela pensões que excedem teto da Emenda 41

Em vez de cortar excesso, instituto simplesmente deixa de pagar o benefício

O Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), órgão público estadual, está cortando integralmente pensões cujo valor, tomado isoladamente ou somado ao valor da aposentadoria do mesmo beneficiário, exceda o teto estabelecido pela Emenda Constitucional 41/2003. Em São Paulo, este teto corresponde ao salário do Governador (pouco mais de R\$ 14 mil).

“Em vez de o Ipesp cortar o excesso, corta a pensão inteira”, explica o advogado Márcio Terenzin, da Adusp. O próprio Ipesp tem orientado os funcionários públicos nesta situação a entrar com ação judicial.

Uma das pessoas prejudicadas pelo comportamento do Ipesp é a professora aposentada Ruth de Gouvêa Duarte, da USP de São Carlos. Após a morte de seu marido, o também professor Luiz Romariz Duarte, em julho deste ano, a professora Ruth recebeu a pensão por dois meses apenas. Como sustenta a filha e duas netas, afirma estar “em desespero, porque dependo disso para viver, tenho meus compromissos”. Ela entrará com uma ação contra o Ipesp.

Cancelamento

“Trata-se do seguinte”, relata a professora, “recebi, do Ipesp, dois meses de pensão (agosto e setembro), com um desconto de 30% ao mês com a rubrica *reductor* (LC 1.012/2007). Eu pretendia procurar um advogado para verificar se eu não teria direito adquirido para receber os 100%, uma vez que meu marido pagou minha pensão durante 46 anos — muito

antes da lei 1.012”. O professor Duarte ingressou na USP em 1961 e desde então vinha contribuindo com o Ipesp.

“Acontece que fui surpreendida com o fato de meu holerite (que é enviado para a Nossa Caixa) vir zerado, com os dois redutores dos meses de agosto e setembro e com o reductor de outubro. Imaginei tratar-se de um erro do sistema e, como tenho despesas e até mesmo cheques pré-datados, telefonei ao Ipesp. Fui informada de que não houve erro, mas que o que eu recebo como docente, mais a pensão, ultrapassa o limite estabelecido pelas Emenda Constitucio-

nal 41/2003, que altera a emenda Constitucional 20 de 1998; mais a Lei 954 de 2003. Por esse motivo minha pensão foi cancelada!”

A professora aposentada Anna Mae Barbosa, viúva do professor João Alexandre Costa Barbosa, que faleceu há um ano e quatro meses, também está sofrendo com o abuso praticado pelo Ipesp. “Desde que meu marido morreu, eles não pagam a minha pensão”, denuncia a professora. Costa Barbosa foi diretor da FFLCH e pró-reitor de Cultura e Extensão.

“Eles dizem que existe um teto máximo para os funcionários públicos, de R\$ 14

mil, que é o salário do Governador. Mas eu não recebo R\$ 14 mil, é o bruto, não o líquido. Meu caso é grave, minha filha é tetraplégica, ela recebe a metade dela, mas eu não recebo a minha.” Além disso, o Ipesp desconta Imposto de Renda da pensão de sua filha, o que é ilegal segundo a professora Anna Mae.

Adin parada

Uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a Emenda 41/2003 foi ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF). A Adin incluía um pedido de liminar contra o teto estabelecido

pela emenda, mas o então ministro do STF Nelson Jobim rejeitou o pedido. Desde então a ação está parada. Assim, até que se julgue o mérito da ação, o teto deve ser aplicado às pensões e aposentadorias.

Apresentada como necessária para “reduzir privilégios”, a Emenda 41/2003 representou, na realidade, um duro golpe contra os direitos dos trabalhadores do setor público. No entanto, várias ações judiciais contra a aplicação do teto, tendo como autores professores da USP e da Unesp, têm sido vitoriosas em São Paulo, em primeira instância.

Greve no Ipen termina, sem conquistar isonomia salarial com outras carreiras federais de C&T

Os funcionários do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), órgão vinculado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e sediado no campus da USP em São Paulo, entraram em greve no dia 17/10, reivindicando isonomia salarial com categorias similares do setor público federal. A greve terminou no dia 10/12, sem qualquer concessão da parte do governo.

Em outras unidades da Cnen, sediadas no Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás, os funcionários também entraram em greve. Porém, uma a uma, suspenderam o movimento, o que terminou por levar estes últimos

a também encerrar a greve.

Os funcionários são representados pela Associação dos Servidores do Ipen (Assipen), que no plano nacional participa do Fórum da Ciência e Tecnologia, uma articulação dos sindicatos do funcionalismo público na área e interlocutora do governo nas negociações salariais.

No dia 11/11, havia a expectativa de uma reunião com o Ministério da Ciência e Tecnologia, segundo informou ao *Informativo Adusp* Walter Ricci, diretor da Assipen. No entanto, qualquer decisão sobre salários depende do Ministério do Planejamento, que se mostrou intransigente.

Discrepância

Ricci informou que a Assipen atendeu à ordem judicial para que fosse mantida a produção de radiofármacos, de modo que, mesmo antes do final da greve, 40% dos funcionários desse setor voltaram ao trabalho no Ipen.

“A carreira de ciência e tecnologia possuía cerca de 40 mil servidores, antes que alguns institutos (IBGE, FioCruz, Inpi e Inmetro) dela saíssem para constituir carreiras próprias. Hoje, a carreira de C&T possui cerca de 20 mil servidores”, explica o boletim de 29/10 da Assipen. “Os institutos que saíram da nossa carreira têm desde junho de 2006

tabelas de vencimento bem melhores do que a nossa”, acrescenta o texto.

Dois exemplos demonstram a discrepância. Enquanto um funcionário de nível intermediário (técnico e assistente), com especialização, recebe no Ipen piso de R\$ 1.640,43 e teto de R\$ 2.605,84, no Inmetro os valores para a mesma faixa são de R\$ 2.061,35 e R\$ 3.443,87 respectivamente. No que diz respeito ao nível superior (pesquisador, tecnólogo e analista), com mestrado, no Ipen o piso é de R\$ 3.781,30 e o teto de R\$ 5.873,04, mas no Inmetro os valores correspondentes são de R\$ 5.655,19 e R\$ 9.565,81.

É necessário integrar, de fato, Lorena à USP!

A diretoria da Adusp visitou, no dia 3/12/07, o campus de Lorena, participando de reunião com o diretor da unidade, professor Ney Fernandes de Oliveira Jr., e com o professor Domingos Sávio Giordano.

A Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) resulta da estadualização, em 1991, de dois centros de pesquisa: um dedicado à biotecnologia e química e outro dedicado ao estudo e desenvolvimento de materiais refratários, com regime jurídico de autarquia de regime especial. Vale ressaltar que a Faenquil possui um Colégio Técnico com boa integração com a comunidade.

Em maio de 2006, o Conselho Universitário (CO) da USP decidiu pela incorporação da Faenquil à USP, com o nome de Escola de Engenharia de Lorena (EEL), acompanhada do Colégio Técnico já existente. Não há dúvida de que influenciou na decisão do CO ofício enviado na época pelo secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do governo Alekmin, João Carlos de Souza Meirelles, à direção da USP, garantindo que, com a incorporação, haveria um acréscimo de 0,07% à parcela do ICMS já destinada à USP. Porém, nem o governo Alekmin nem o governo Serra cumpriram com a palavra empenhada, e a posição do

Executivo hoje, como antes, é de não aumentar o percentual. Se isto ficará assim ou não, veremos; não custa lembrar que os decretos baixados pelo Executivo no início de 2007 também eram “ime-xíveis”.

Extinção

O decreto do Executivo que extinguiu a Faenquil, em maio de 2006, transferiu cursos, alunos e patrimônio para a USP, enquanto funcionários técnico-administrativos e docentes, contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, foram colocados em quadro em extinção na Secretaria de Desenvolvimento (SD), onde permanecem até hoje. Esses docentes e funcionários poderiam ser eventualmente afastados da Secretaria para prestar serviços à USP, dependendo de um convênio entre as partes, que só veio a acontecer formalmente em dezembro de 2006. Registre-se que durante todo este tempo a EEL não deixou de funcionar normalmente.

Com a passagem do quadro da EEL para a SD, docentes e funcionários perderam direitos que antes possuíam, e que são garantidos aos seus colegas no quadro da USP, como os reajustes negociados com o Cruesp, a incorporação de quinquênios e da sexta-parte.

Providências

É urgente que a direção da USP tome providências para que a EEL seja, de fato, incorporada à USP; entre outras, incluem-se:

- Passagem do quadro em extinção de docentes e técnico-administrativos para a administração da USP, acompanhada de negociação imediata com a SD e o Executivo da contra-partida em receita com a qual comprometeu-se o governo do Estado.

- Institucionalização da EEL, com a discussão, pelo CO, da proposta de Regimento já encaminhado à Reitoria da USP;

- Atribuição de cargos e claros para realização de concursos públicos para docentes.

Importante notar que a EEL conta com 1200 alunos de graduação e 400 de pós-graduação, enquanto que seu corpo docente é de 98 professores. Além, disso, uma vez que o quadro encontra-se em extinção, cada docente que deixa a EEL, inclusive por aposentadoria, não pode ser repostado.

Durante a reunião, a reitoria da Adusp esclareceu que nossos colegas da EEL podem, pelo nosso Estatuto e Regimento Geral, filiar-se

à Adusp, e que esses associados poderão eleger um representante para integrar o Conselho de Representantes da Adusp. Foi proposto ao professor Domingos Sávio Giordano que organizasse uma reunião dos colegas da EEL com a diretoria da Adusp, no prazo mais curto possível, para discutir e encaminhar as suas reivindicações.

A diretoria da Adusp irá pedir audiência com a Reitoria para discutir os pontos apontados acima, reivindicando providências concretas para a efetiva integração da EEL à USP.

Iamspe demite e terceiriza

Segundo servidores do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), o instituto deixou de realizar cerca de 600 consultas por dia, desde 31/10. Nessa data, a Superintendência do Iamspe demitiu 204 funcionários aposentados, entre eles 64 médicos, que continuavam trabalhando no Hospital do Servidor Público e nos centros de assistência médica vinculados ao Instituto.

A Superintendência do Iamspe alega que apenas cumpriu determinações da Procuradoria Geral do Estado, que considerou ilegal o vínculo dos funcionários aposentados ao instituto.

“A forma como eles foram dispensados demonstrou muito descaso”, afirma Teresinha dos Reis, diretora da Associação dos Funcionários (Afiaspe). Os funcionários criticam as demissões, feitas sem aviso

prévio e sem pagamento de direitos trabalhistas. O presidente da Associação dos Médicos do Iamspe (Amiamspe), Otelo Chino Jr, faz coro: “Não houve qualquer aviso prévio, foi feito de um dia para o outro, foi cruel”. Ele ressalta que em outras instituições que passaram pelo mesmo processo, como no Hospital das Clínicas e no Instituto Clemente Ferreira, houve aviso prévio de 45 dias.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Iamspe informou que considera que não houve demissão e sim “interrupção de contrato”, e “nesse caso não cabe o pagamento de direitos trabalhistas”.

Terceirização

Segundo os servidores, as demissões afetaram significativamente o atendimento, já que os profissionais demitidos não foram substituídos. Em nota pú-

blica, o Iamspe afirma que “já está sendo providenciada a contratação de médicos, enfermeiros, entre outros profissionais”.

Os funcionários do Iamspe avaliam ainda que existe risco de terceirização do atendimento. De acordo com Teresinha, a administração do instituto planeja contratar uma empresa para a manutenção dos equipamentos de Raio-X, mas o processo de terceirização pode se estender para outras áreas: “A intenção do governo é terceirizar todo o serviço, por isso a gente está sempre vigilante”, afirma.

Em abril de 2007, a Superintendência do Iamspe chegou a anunciar a terceirização de parte dos serviços do laboratório do Hospital do Servidor, mas voltou atrás após uma forte mobilização dos servidores, que por muitos dias ocuparam o local, impedindo sua transferência para interesses privados.

Por que a USP não pagou abono a docente afastado com vencimentos?

A direção da Adusp solicitou à reitora, professora Suely Vilela, em ofício encaminhado no dia 5/12, “esclarecimentos sobre o não pagamento do abono de R\$ 400,00, em novembro de 2007, a docentes da USP afastados com vencimentos”.

O documento pede também que a entidade seja informada a respeito de se “algum tipo de desconto incidiu sobre o referido abono e, se isso ocorreu, qual foi o motivo”.